

O Estado se desculpa

Perante tribunal interamericano, autoridades admitem responsabilidade por mortes no desfecho de um sequestro

» GABRIELA FREIRE VALENTE

Passadas três décadas, o Estado colombiano desculpou-se em público e reconheceu parcialmente a responsabilidade pelas consequências da retomada por via militar do Palácio da Justiça, em Bogotá, que esteve em poder de guerrilheiros do Movimento 19 de Abril (M-19) entre 6 e 7 de novembro de 1985. A admissão foi feita ontem, em audiência aberta da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) sobre o processo que trata de 13 casos de desaparecimento forçado, execução e tortura. Embora tenha sido a primeira vez que representantes colombianos reconheceram a responsabilidade do Estado em violações de direitos, familiares de vítimas que movem o processo em âmbito internacional qualificaram a declaração como “tardia e oportunista”.

No início da audiência, realizada na sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, a diretora da Agência de Defesa Jurídica da Nação, Adriana Guillén, pediu perdão em nome da Colômbia. “Esperamos que este ato contribua para que as vítimas e seus familiares recuperem parte da confiança perdida no Estado, e lamentamos profundamente as omissões que deixaram profundas feridas”, declarou. Em nome dos familiares, Pilar Navarrete, viúva do desaparecido Héctor Jaime Beltrán, afirmou que a declaração da diretora era “vazia” e pediu que a “aceitação de responsabilidade” não seja tratada como “reparação”. “A mudança de estratégia, às vésperas da audiência, continua ofendendo a dignidade das vítimas, de suas famílias e da sociedade colombiana. Depois de 28 anos, persistem a negação e a mentira que caracterizaram as respostas de todos os governos.”

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, responsável por apresentar o caso à Corte, avaliou positivamente a admissão do Estado, mas endossou o argumento de que o reconhecimento é “tardio e incompleto”, destacando inconsistências com os fatos e omissões de responsabilidades importantes, como a que se refere aos sequestros nos casos de desaparecimento.

Está marcada para hoje mais uma sessão. Ontem, a Corte ouviu o depoimento de familiares de pessoas que estavam no Palácio da Justiça quando as Forças Armadas iniciaram a ofensiva para recuperar o prédio, onde 35 guerrilheiros mantinham 350 reféns. O M-19 exigia a presença do presidente Belisario Betancur, para ser julgado por “crimes contra o

Bruno Peres/CB/D.A Press



Familiares de vítimas assistem à audiência no TST em Brasília: críticas ao mea-culpa “tardio” e “oportunista”

Depois de 28 anos, persistem a negação e a mentira que caracterizaram as respostas de todos os governos”

Pilar Navarrete,
viúva de um desaparecido
na retomada militar do
Palácio da Justiça

Perseguição

povo”. A ação dos militares terminou com a morte de 98 pessoas, incluindo todo o comando rebelde, magistrados e funcionários do Judiciário. Imagens de tevê recuperadas em 2007 mostraram sobreviventes deixando o prédio em chamas, como foi o caso do juiz auxiliar Carlos Horacio Urán Rojas. Seu corpo foi encontrado dois dias depois, no primeiro andar do Palácio de Justiça, com sinais de tortura e marcas de tiros na cabeça e no peito.

Yolanda Santodomingo, então estudante de direito que sobreviveu ao incidente, contou à Corte que, após deixar o palácio com seu companheiro, Eduardo Matson, foi capturada e violentamente agredida por homens fardados que os levaram para a Casa del Florero, prédio histórico nos arredores do edifício. Após prestar testemunho em outras audiências, Yolanda relatou que ela

e a família passaram a ser perseguidos. Outro depoente, Cesar Enrique Rodríguez, assegurou ter recebido informações de que seu irmão, Carlos Augusto Rodríguez Vera, gerente do restaurante do palácio, saiu ileso e desapareceu “depois de cair nas mãos dos militares”. Rodríguez descarta que os membros do M-19 tenham sido responsáveis pela morte e pelo desaparecimento das vítimas e critica o tratamento “heroico” dado aos militares.